

Artigos Dossiê

Entre gastos e autonomia: indústria de defesa e hierarquias regionais no Oriente Médio, 2010-2024

Between expenditure and autonomy: defense industry and regional hierarchies in the Middle East, 2010–2024

Erico Duarte¹ 
Aramis Dawas¹ 

¹Universidade Federal do Rio Grande do Sul , Porto Alegre, RS, Brasil

Resumo

Este artigo investiga por que a conversão de recursos econômicos em poder político-militar produz resultados tão distintos no equilíbrio de poder do Oriente Médio entre 2010 e 2024. Ele argumenta que essa hierarquia regional é condicionada pela interação entre duas variáveis independentes — gastos em defesa e autonomia industrial-militar —, cuja combinação define a posição relativa dos Estados no equilíbrio regional. A partir de uma análise qualitativo-comparativa de cinco casos — Israel, Turquia, Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos e Irã —, o estudo propõe uma tipologia de quatro modelos de conversão de recursos em poder militar. Cada um é definido por combinações observáveis das variáveis independentes: primazia militar (Israel), potência industrial ascendente (Turquia), potências dependentes (Arábia Saudita e Emirados) e potência revisionista assimétrica (Irã). Os resultados demonstram que hierarquias regionais são reproduzidas menos por flutuações conjunturais de gasto e mais por estruturas produtivas e tecnológicas de longo prazo, oferecendo um quadro analítico transferível a outras regiões marcadas por dependência de tecnologia e inserção assimétrica nas cadeias globais de defesa.

Palavras-chave: Oriente Médio; Indústria de defesa; Gastos militares; Autonomia industrial-militar; Hierarquias regionais

Abstract

This paper investigates why the conversion of economic resources into political-military power produces such distinct results in the balance of power in the Middle East between 2010 and 2024. It argues that this regional hierarchy is conditioned by the interaction between two independent variables—defense spending and industrial-military autonomy—whose combination defines the relative position of states in the regional balance of power. Based on a qualitative-comparative analysis of five cases — Israel, Turkey, Saudi Arabia, the United Arab Emirates, and Iran — the study proposes a typology of four models of resource conversion into military power. Each is defined by observable combinations of independent variables: military primacy (Israel), emerging industrial power (Turkey), dependent powers (Saudi Arabia and the Emirates), and asymmetric revisionist power (Iran). The results demonstrate that regional hierarchies are reproduced less by short-term fluctuations in spending and more by long-term productive and technological structures, offering an analytical framework transferable to other regions marked by technology dependence and asymmetric insertion in global defense chains.

Keywords: Middle East; Defense industry; Military expenditure; Military-industrial autonomy; Regional hierarchies

INTRODUÇÃO

Este artigo investiga como diferentes Estados do Oriente Médio convertem recursos econômicos em poder militar e por que essa conversão produz resultados tão desiguais no plano regional. O argumento central sustenta que o equilíbrio de poder regional é condicionado pela interação entre duas variáveis: gastos em defesa e autonomia industrial-militar. Suas combinações moldam posições relativas na hierarquia regional e explicam a persistência de padrões assimétricos de poder ao longo do tempo.

A contribuição do artigo é uma tipologia de quatro modelos de conversão de recursos em poder militar, construída a partir da combinação entre duas variáveis independentes. Cada uma delas tem um resultado distinto na posição relativa dos Estados no equilíbrio regional: superioridade militar qualitativa sustentada (primazia militar), ascensão industrial-militar com projeção crescente (potência industrial ascendente), vulnerabilidade estratégica estrutural (potências dependentes) ou influência regional sem superioridade convencional (potência revisionista assimétrica). A tipologia é avaliada pela sua capacidade de discriminar os casos

empiricamente — pela coerência entre as combinações identificadas e os padrões regionais de poder observados no período 2010–2024 — e não pela confirmação de uma hipótese causal única.

Empiricamente, o artigo desenvolve uma análise comparativa de cinco casos — Israel, Turquia, Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos e Irã — no período de 2010 a 2024, selecionados por apresentarem combinações contrastantes de gasto militar, estrutura industrial de defesa e estratégias de projeção de poder. A análise mobiliza dados do *SIPRI Military Expenditure Database* e do *SIPRI Arms Transfers Database* (SIPRI, 2024), complementados por exame qualitativo das indústrias nacionais de defesa, com séries completas disponíveis nos Anexos A, B e C.¹ Metodologicamente, o estudo adota uma estratégia qualitativo-comparativa estruturada, detalhada na Seção 3.

O artigo está organizado da seguinte forma: a Seção 2 apresenta o enquadramento teórico, articulando realismo estrutural, economia política da defesa e estratégias assimétricas. A Seção 3 expõe o modelo analítico e a estratégia metodológica. A Seção 4 desenvolve a análise comparativa. A Seção 5 conclui, destacando implicações teóricas e agendas futuras de pesquisa.

ECONOMIA POLÍTICA DO PODER MILITAR: ENQUADRAMENTO TEÓRICO

A análise do poder militar nas Relações Internacionais tem sido historicamente caracterizada por abordagens que enfatizam gastos em defesa como o principal fator determinante da posição relativa dos Estados. No contexto do realismo estrutural, o equilíbrio de poder é entendido como uma função da distribuição de capacidades no sistema, frequentemente mensurada por indicadores agregados como despesas militares, dimensão das forças armadas e quantidade de armamentos disponíveis (Waltz, 1979; Mearsheimer, 2001). Esta perspectiva estabelece a base teórica para a variável independente “gastos em defesa”, ao afirmar que a mobilização de recursos econômicos é uma condição necessária, embora não suficiente, para a geração de poder militar.

¹ Disponível em: <https://dataverse.harvard.edu/dataset.xhtml?persistentId=doi:10.7910/DVN/XBAWZY>.

A equiparação direta entre volume de gastos e poder militar efetivo apresenta limitações analíticas significativas, especialmente em contextos regionais caracterizados por assimetrias estruturais. Pesquisas sobre segurança regional indicam que níveis equivalentes de gastos militares podem levar a capacidades estratégicas significativamente diferentes, dependendo de fatores históricos, institucionais e econômicos que influenciam a transformação de recursos em poder militar (Beckley, 2010; Pollack, 2009). No Oriente Médio, essa limitação é especialmente clara, pois Estados com orçamentos de defesa elevados frequentemente demonstram altos níveis de vulnerabilidade estratégica, dependência externa e controle limitado sobre os meios de força.

A reflexão sistemática sobre a relação entre gastos militares e poder militar tem raízes nos estudos durante a Guerra Fria. Mills (1956) identificou a formação de uma elite composta por líderes militares, políticos e corporativos que convergiam em torno de interesses compartilhados na perpetuação de altos níveis de dispêndio em defesa. Melman (1970; 1974; 1983) expandiu essa crítica ao desenvolver os conceitos de “capitalismo do Pentágono” e “economia permanente de guerra”, demonstrando como o setor de defesa operava segundo lógicas distintas da economia de mercado, privilegiando lucros financeiros em detrimento de ganhos reais de produtividade e competitividade industrial. Kaldor (1981) ofereceu análise complementar ao examinar a dinâmica tecnológica da produção de armamentos, identificando o fenômeno do “arsenal barroco” — sistemas de armamentos progressivamente mais complexos e custosos sem produzir vantagens militares proporcionais, refletindo antes interesses burocráticos e corporativos do que requisitos estratégicos racionais.

Essas contribuições fundacionais estabeleceram a premissa central de que gastos militares não se traduzem automaticamente em poder militar, podendo inclusive gerar ineficiências econômicas e distorções produtivas. No entanto, esses modelos foram concebidos primordialmente para analisar a economia política da Guerra Fria — caracterizada por bipolaridade, corrida armamentista nuclear e confronto

ideológico. Eles apresentam limitações importantes para compreender contextos regionais marcados por multipolaridade, globalização das cadeias produtivas de defesa e assimetrias tecnológicas estruturais, como observado no Oriente Médio contemporâneo.

A transição para o pós-Guerra Fria deslocou o debate sobre economia política da defesa dos efeitos macroeconômicos dos gastos para as transformações estruturais da indústria de armamentos. Gansler (1980; 1996), Markusen e colaboradores (1991; 1992) e Brzoska e Lock (1992) iluminaram dinâmicas importantes de reestruturação industrial, mas centrados nas economias desenvolvidas e nos desafios da transição pós-bipolaridade. Assim, eles oferecem ferramentas analíticas limitadas para compreender a inserção assimétrica de economias periféricas nas cadeias globais de defesa.

O comércio internacional de armamentos constitui dimensão central da economia política do poder militar, ao mediar a distribuição global de capacidades estratégicas e reproduzir hierarquias entre produtores e consumidores. Pierre (1982) e Krause (1992) demonstraram como transferências de armas operam como instrumentos de política externa e como a estrutura do mercado internacional de material de defesa reflete assimetrias de poder entre Estados. Trabalhos do SIPRI consolidaram metodologias padronizadas para mensuração dessas transferências (SIPRI, 2024; Wezeman; Wezeman, 2023; Brzoska; Ohlson, 1987), possibilitando análises comparativas de longo prazo. Essas contribuições, no entanto, oferecem tratamento limitado às estratégias de Estados receptores e aos impactos do comércio de armamentos sobre autonomia estratégica e hierarquias regionais.

A dimensão tecnológica da economia política da defesa emergiu como campo de análise central nas últimas décadas. Weiss (2014), Block e Keller (2011) e Ruttan (2006) demonstraram que gastos militares funcionaram historicamente como indutores de inovação tecnológica de ruptura em economias avançadas, evidenciando o papel do Estado na construção de capacidades produtivas de longo prazo. Essas análises, no

entanto, concentraram-se em contextos de capacidades consolidadas de pesquisa e desenvolvimento, oferecendo ferramentas analíticas limitadas para compreender estratégias de Estados que buscam construir autonomia industrial em condições de dependência tecnológica estrutural.

A revisão da literatura em economia política da defesa evidencia contribuições fundamentais para a compreensão das relações entre gastos militares, estruturas produtivas e poder estratégico. No entanto, esses modelos foram concebidos predominantemente para analisar economias desenvolvidas, no contexto da bipolaridade da Guerra Fria ou da transição para a unipolaridade nos anos 1990. Eles apresentam limitações importantes para compreender dinâmicas contemporâneas de regiões marcadas por: (i) elevada dependência de importações de armamentos; (ii) inserção assimétrica nas cadeias globais de produção de defesa; (iii) ausência de bases industriais consolidadas em setores críticos; e (iv) emprego de estratégias assimétricas de compensação de limitações materiais e tecnológicas.

Para superar essas limitações, a economia política da defesa pode redirecionar a análise da quantidade de recursos para a estrutura produtiva e tecnológica do setor militar. A literatura contemporânea fundamenta a variável independente “autonomia industrial-militar”, ao destacar que a capacidade de sustentar, adaptar e inovar sistemas de defesa está condicionada à presença de uma base industrial nacional relativamente autônoma (Dunne; Sköns, 2011). O poder militar é reavaliado não apenas como um conjunto de capacidades, mas como um processo de reprodução material, influenciado por estruturas produtivas e tecnológicas de longo prazo.

Autores que discutem poder estrutural e dependência tecnológica afirmam que a participação dos Estados nas cadeias globais de produção determina significativamente sua capacidade de ação estratégica (Strange, 1988). Estados com alta dependência de importações de sistemas críticos enfrentam restrições frequentes, incluindo embargos, limitações de uso, dependência de manutenção externa e vulnerabilidade política em relação aos fornecedores. Em contraste, Estados com maior autonomia

industrial-militar demonstram resiliência estratégica, capacidade de adaptação a choques externos e instrumentos adicionais de influência por meio das exportações de defesa (Krause, 1992).

Sob essa perspectiva, o poder militar é compreendido como um fenômeno relacional e hierárquico. A posição relativa no equilíbrio regional — variável dependente do modelo analítico — é influenciada não apenas pela magnitude dos recursos mobilizados, mas também pela qualidade das estruturas econômicas que sustentam sua conversão em capacidades efetivas (Krause, 1992; Caverley; Kapstein, 2013). Em regiões como o Oriente Médio, a dependência estrutural de armamentos importados perpetua hierarquias regionais e restringe a autonomia estratégica de certos Estados (Pollack, 2019).

O presente artigo articula essas contribuições por meio de um enquadramento que integra gastos em defesa e autonomia industrial-militar como variáveis independentes centrais para compreender a posição relativa dos Estados no equilíbrio de poder regional. Esta abordagem possibilita uma análise mais precisa das hierarquias militares no Oriente Médio, destacando a razão pela qual altos níveis de gastos em defesa não se traduzem automaticamente em autonomia estratégica, capacidade de projeção regional ou liderança política duradoura.

MODELO ANALÍTICO E ESTRATÉGIA METODOLÓGICA

Este artigo adota um modelo analítico comparativo orientado pela economia política do poder militar. Ele parte da premissa de que o equilíbrio de poder regional não é determinado exclusivamente pelo volume de recursos materiais disponíveis, mas pela capacidade dos Estados de converter gastos militares em autonomia industrial, vantagem tecnológica e instrumentos efetivos de planejamento estratégico. Dessa forma, o modelo busca superar abordagens que equiparam automaticamente níveis de dispêndio em defesa da posição relativa no sistema regional.

A opção por uma abordagem multidimensional justifica-se pela necessidade de superar limitações inerentes à mensuração exclusiva de capacidades por meio de variáveis econômicas agregadas. Wohlforth (2012, p. 219) adverte que a medição da distribuição de capacidades exclusivamente por referência a variáveis econômicas constitui equívoco analítico fundamental, recuperando a advertência de Waltz de que as capacidades militares, econômicas e outras dos Estados não podem ser setorizadas e pesadas separadamente. Estados não são colocados no topo porque se destacam de uma forma ou outra. Essa crítica reforça a necessidade de abordagens que articulem indicadores quantitativos de gastos em defesa com análises qualitativas de estruturas produtivas, trajetórias industriais e escolhas estratégicas — precisamente o que propõe o modelo analítico deste artigo.

A variável dependente do estudo — a posição relativa dos Estados no equilíbrio de poder regional — é operacionalizada a partir de três dimensões analíticas, cada uma associada a critérios qualitativos de codificação em três níveis (alto, médio, baixo) e ancorada em referências teóricas específicas. A primeira dimensão é a capacidade de dissuasão, entendida como a capacidade de impor custos severos a adversários regionais de forma autônoma, sem dependência de autorização ou suporte externo para emprego dos meios de força (Mearsheimer, 1985). Classifica-se como alta quando o Estado possui arsenal com credibilidade dissuasória autônoma no plano regional; média quando a dissuasão é relevante, mas dependente de suporte externo para manutenção, atualização ou autorização de emprego; e baixa quando a capacidade se limita à defesa territorial sem projeção dissuasória regional.

A segunda dimensão é a capacidade de projeção regional, definida como a capacidade de operar militarmente ou influenciar conflitos além do território nacional, de forma direta ou por meio de parceiros (Caverley; Kapstein, 2013; Pollack, 2019). Classifica-se como alta quando o Estado opera em múltiplos teatros simultâneos ou por instrumentos consolidados de influência regional; média quando a projeção se concentra em um teatro ou depende predominantemente de instrumentos indiretos; e baixa quando a atuação permanece restrita ao território ou entorno imediato.

A terceira dimensão é a capacidade de influenciar conflitos diretos e indiretos, operacionalizada a partir dos conceitos de guerra por procuração e conflito assimétrico (Mumford, 2013; Groh, 2019). Classifica-se como alta quando o Estado atua como parte ativa ou financiador e organizador determinante em conflitos regionais relevantes, com capacidade de alterar resultados; média quando a participação ocorre por instrumentos indiretos ou coalizões com influência limitada sobre resultados; e baixa quando há ausência de envolvimento ou envolvimento periférico sem capacidade de influenciar desfechos.

As dimensões i, ii e iii qualificam a posição relativa dentro de cada nível de autonomia estratégica, permitindo distinguir perfis de poder dentro do mesmo estrato hierárquico e tratar de forma analítica casos em que as dimensões apontam em direções divergentes — como Estados com projeção regional relevante, mas dependência externa estrutural, ou com dissuasão significativa sustentada por autonomia segmentada.

As variáveis independentes são organizadas em dois eixos analíticos complementares. O primeiro eixo refere-se aos gastos em defesa, captando o volume de recursos mobilizados para fins militares. Esse eixo é operacionalizado por meio de indicadores quantitativos, como gastos militares absolutos, gastos em defesa como proporção do PIB e volume de importações e exportações de armamentos. Sua fundamentação teórica dialoga com o realismo estrutural, ao reconhecer a relevância da distribuição de capacidades no sistema regional, conforme discutido na Seção 2.

O segundo eixo analítico — autonomia industrial-militar — é entendido como a capacidade de um Estado de produzir, adaptar e sustentar sistemas de defesa críticos sem dependência excessiva de fornecedores externos. Essa variável é decomposta em três componentes, cada um operacionalizado por indicadores próprios: (1) capacidade de projeto e integração — conceber e integrar sistemas de forma autônoma, sem dependência de licenciamento externo para subsistemas críticos (Krause, 1992; Gilli; Gilli, 2019); (2) capacidade de produção e manutenção — existência de base industrial

nacional capaz de produzir sistemas completos e sustentar sua operação ao longo do ciclo de vida (Dunne; Sköns, 2011); e (3) capacidade de P&D e atualização — gerar inovações aplicáveis a sistemas em serviço e atualizar autonomamente as capacidades militares ao longo do tempo (Weiss, 2014; Ruttan, 2006). Cada componente é codificado em três níveis — alto, médio e baixo — cujos critérios detalhados são apresentados no Quadro 1 e operacionalizados na análise comparativa da Seção 4.

A agregação desses três componentes produz o nível geral de autonomia industrial-militar de cada caso. O índice de dependência — razão entre importações e exportações de armamentos — é mobilizado como indicador sintético de resultado: uma consequência observável do nível de autonomia nos três componentes, e não sua medida direta. Essa distinção é analiticamente relevante porque exportar não implica necessariamente dominar tecnologias críticas, assim como importar pode refletir decisões de complementaridade estratégica ou custo-oportunidade, e não apenas dependência estrutural. O índice, portanto, é interpretado em conjunto com a análise qualitativa dos três componentes, com os descritivos de cada caso presentes no Anexo C, e não de forma isolada.

A relação entre as variáveis independentes e a variável dependente não é unidirecional nem instantânea. O modelo pressupõe uma cadeia em que antecedentes estruturais — posição no sistema de alianças, acesso a transferências tecnológicas e capacidade fiscal — condicionam, no longo prazo, os níveis de gasto e o grau de autonomia industrial-militar, que operam como mecanismos de conversão determinando a posição hierárquica observada no período 2010–2024. Essa sequência não implica determinismo: choques externos e escolhas estratégicas podem alterar trajetórias, como ilustra o caso turco.

A segunda qualificação diz respeito à endogeneidade. A autonomia industrial-militar e a posição hierárquica regional são parcialmente mutuamente constitutivas no longo prazo: Estados com maior poder político prévio tendem a ter acesso privilegiado a transferências tecnológicas, financiamento externo e mercados de exportação, o que

facilita a construção de autonomia industrial. Israel desenvolveu parte substantiva de sua base industrial a partir de transferências tecnológicas associadas à sua posição estratégica no sistema de alianças ocidentais. A Turquia expandiu suas exportações de defesa em resposta a restrições políticas impostas por fornecedores tradicionais da OTAN, o que sugere que restrições de poder político externo funcionaram como catalisador — e não apenas como obstáculo — da autonomia industrial. Esse reconhecimento não invalida o argumento central do artigo, mas delimita seu alcance inferencial: o estudo demonstra que autonomia industrial-militar é condição necessária para posições superiores na hierarquia regional no período analisado, sem afirmar que essa autonomia emerge exclusivamente de escolhas industriais endógenas, independentemente de condicionantes políticos e sistêmicos prévios.

Quadro 1 – Modelo de conversão de recursos em poder militar no Oriente Médio

Dimensão analítica	Definição	Indicadores principais
Variável dependente	Posição relativa no equilíbrio de poder regional (condição relacional e dinâmica, codificada em três níveis por dimensão)	(i) Capacidade de dissuasão; (ii) capacidade de projeção regional; (iii) capacidade de influenciar conflitos diretos e indiretos
Variável independente 1 – Gastos em defesa	Volume de recursos econômicos mobilizados para fins militares	Gastos militares absolutos; gastos em defesa (% do PIB); volume de importações de armamentos
Variável independente 2 – Autonomia industrial-militar	Capacidade de produzir, adaptar e sustentar sistemas de defesa com baixa dependência externa, decomposta em três componentes	(1) Capacidade de projeto e integração; (2) capacidade de produção e manutenção; (3) capacidade de P&D e atualização. <i>Índice de dependência (imp./exp.)</i> como indicador sintético de resultado

Fonte: Autore (2026)

A articulação entre esses dois eixos permite identificar combinações distintas de recursos, estruturas produtivas e estratégias, a partir das quais emergem diferentes modelos de poder militar no Oriente Médio. Assim, o modelo analítico não busca

hierarquizar os Estados apenas com base em um critério isolado, mas compreender como padrões estruturais condicionam sua posição relativa no equilíbrio regional.

Dados e metodologia

A estratégia metodológica adotada é de natureza qualitativo-comparativa, orientada por uma análise estrutural e histórica dos casos selecionados. O objetivo do artigo não é estabelecer relações causais estritas, mas identificar padrões recorrentes e combinações estruturais que moldam a capacidade dos Estados de converter recursos econômicos em poder político-militar no contexto regional do Oriente Médio. Essa opção metodológica é adequada para captar processos de longo prazo, nos quais variáveis econômicas, produtivas e estratégicas interagem de forma não linear.

Empiricamente, o artigo mobiliza dados primários e análises qualitativas referentes ao período de 2010 a 2024. Os dados primários concentram-se em três tipos: (i) gastos em defesa, operacionalizados por meio de gastos militares absolutos e relativos; (ii) inserção no comércio internacional de armamentos, medida a partir de fluxos agregados de importação e exportação; e (iii) posição relativa no mercado regional de defesa. As principais fontes são o *SIPRI Military Expenditure Database* e o *SIPRI Arms Transfers Database*, que fornecem séries padronizadas sobre gastos militares em valores constantes, participação do dispêndio em defesa no PIB e volumes de transferências internacionais de armamentos.

Esses dados são apresentados de forma sintética no corpo do texto por meio de tabelas comparativas (Tabelas 1 a 4), com séries completas disponíveis nos Anexos A e B. São complementados por análise qualitativa das indústrias nacionais de defesa — trajetória histórica, organização institucional, papel do Estado e diversificação tecnológica — apresentada no Anexo C, fundamental para captar dimensões de autonomia industrial-militar não apreendidas por indicadores agregados.

A comparação estruturada abrange cinco casos nacionais — Israel, Turquia, Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos e Irã — selecionados a partir de um critério

de máxima variação nas variáveis independentes, e não na variável dependente. Essa distinção é metodologicamente relevante: selecionar casos com base no resultado conhecido constituiria viés de confirmação, comprometendo a capacidade discriminatória da tipologia. A seleção foi orientada, ao contrário, pela necessidade de cobrir os quadrantes analiticamente relevantes do espaço definido pelas duas variáveis independentes — gastos em defesa e autonomia industrial-militar — de forma a testar se combinações estruturais distintas produzem de fato posições hierárquicas distintas.

Israel e Turquia representam o quadrante de autonomia industrial relativamente alta com gastos moderados em termos absolutos ou relativos ao PIB. A Arábia Saudita e os Emirados Árabes Unidos representam o quadrante oposto: gastos excepcionalmente elevados combinados a baixa autonomia produtiva e dependência importadora estrutural. O Irã ocupa um quadrante singular — baixos gastos absolutos com autonomia segmentada desenvolvida sob restrição severa — que permite avaliar se a tipologia captura também trajetórias de compensação assimétrica. Essa distribuição cobre intencionalmente combinações contrastantes e não redundantes nas variáveis independentes, assegurando que os padrões identificados na análise comparativa não sejam artefatos da seleção.

Nesse sentido, o Egito, embora relevante no equilíbrio regional como a maior força convencional árabe em efetivo nominal, apresenta uma condição que desafia a análise do seu caso pelo modelo proposto. Seus gastos em defesa e sua base industrial são parcialmente sustentados por transferências militares norte-americanas via *Foreign Military Financing* (FMF). A falta de acesso a esses dados torna difícil isolar analiticamente os efeitos da autonomia industrial-militar dos efeitos do financiamento externo condicionado. Caso fosse incorporado à análise, o Egito se situaria provisoriamente em posição limítrofe entre o modelo de potência dependente e o de industrialização incipiente — com gastos elevados e dependência importadora estrutural, mas com base industrial doméstica em segmentos específicos, como veículos blindados, munições e construção naval leve, que o distingue funcionalmente da Arábia Saudita. Essa posição intermediária, embora analiticamente instigante,

exigiria tratamento sistemático das transferências FMF como variável de controle, o que ultrapassa o escopo deste artigo e constitui agenda de pesquisa futura. O Qatar, por sua vez, apresenta perfil de gastos elevados e dependência importadora similar à Arábia Saudita, mas sua projeção regional opera predominantemente por instrumentos financeiros e diplomáticos, não militares — perfil que não acrescenta variação relevante nas variáveis independentes do modelo. Os atores em situação de fragmentação ou colapso estatal no período analisado — como Líbia, Líbano e Síria — foram excluídos porque seus perfis de poder são determinados por dinâmicas de guerra civil e intervenção externa, e não por estruturas industriais e orçamentárias autônomas, tornando-os incompatíveis com os critérios do modelo analítico adotado.

Metodologicamente, a análise procede pela aplicação sistemática das duas variáveis independentes do modelo analítico — gastos em defesa e autonomia industrial-militar — a cada um dos casos selecionados, avaliando seus efeitos combinados sobre a variável dependente, definida como a posição relativa dos Estados no equilíbrio de poder regional. Essa abordagem permite comparar não apenas níveis absolutos de recursos, mas, sobretudo, as formas pelas quais esses recursos são organizados, mobilizados e convertidos em poder militar.

Ao articular dados quantitativos agregados, análise qualitativa das estruturas produtivas e comparação estruturada entre casos, o artigo busca demonstrar como diferentes combinações entre recursos orçamentários, bases industriais e estratégias estatais moldam hierarquias regionais no Oriente Médio. Com isso, evidencia-se empiricamente o limite do gasto em defesa como indicador isolado de poder e a centralidade das dimensões econômicas e industriais na reprodução do poder militar no longo prazo.

ANÁLISE COMPARATIVA

Esta seção aplica o modelo analítico apresentado acima aos cinco casos selecionados — Israel, Turquia, Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos e Irã — com o objetivo de identificar padrões estruturais de conversão de recursos econômicos em

poder político-militar no Oriente Médio. A análise articula gastos em defesa e autonomia industrial-militar, mobilizando dados agregados de comércio de armamentos, gastos militares e estrutura produtiva da indústria de defesa no período 2010–2024.

Padrões regionais de gastos de defesa e comércio de armamentos

A análise dos gastos em defesa, entendida como o volume de recursos econômicos mobilizados para fins militares, constitui o ponto de partida clássico para a avaliação do poder relativo dos Estados. Essa variável independente é operacionalizada por meio de indicadores como gastos militares absolutos, esforço econômico em defesa (percentual do PIB) e volume de importações de armamentos. No entanto, como argumentado ao longo deste artigo, os gastos em defesa atuam como condição necessária, mas não suficiente, para determinar a posição relativa dos Estados no equilíbrio de poder regional do Oriente Médio.

Tabela 1 – Gastos em defesa e comércio internacional de armamentos (2010–2024)

País	Importações (US\$ mi)	Exportações (US\$ mi)	Part. Regional nas Exp.	Gastos Militares Acumulados 2010–2024 (US\$ bi, const. 2023)	Média % PIB 2010–2024
Israel	6.529	11.466	60,0%	332,8	5,5%
Turquia	9.080	4.133	22,0%	207,6	2,0%
Arábia Saudita ⁱⁱ	33.517	74	0,4%	1.155,5	8,6%
Emirados Árabes Unidos ⁱⁱⁱ	14.522	1.350	7,1%	~370,0	~4,8%
Irã ^{iv}	741	883	4,6%	95,6	2,4%
Total / Médias	64.389	19.099	100%	~2.162	~4,7%

Fonte: *SIPRI Arms Transfers Database* (2010–2024)

ⁱⁱ Para a Arábia Saudita, os valores incluem gastos com segurança interna e Guarda Nacional, conforme metodologia SIPRI, o que os torna comparativamente mais elevados do que em países com separação institucional mais rígida entre defesa e segurança pública.

ⁱⁱⁱ Os dados de gastos militares dos Emirados Árabes Unidos para o período 2015–2024 não estão disponíveis na base SIPRI, uma vez que o país encerrou o reporte sistemático em 2014. Os valores estimados no artigo foram construídos a partir de três critérios metodológicos combinados. Primeiro, aplicou-se taxa de crescimento anual composto de 3,4% a.a. sobre os dados confirmados da série SIPRI para 2010–2014, resultando em acumulado estimado de aproximadamente US\$ 265–270 bilhões para o período 2015–2024 em valores constantes de 2023. Segundo, os valores projetados foram balizados pelo relatório GlobalData UAE Defence Market, que aponta US\$ 23,9 bilhões correntes em 2025, convertido para preços constantes de 2023 mediante deflator implícito da série SIPRI — valor consistente com a trajetória projetada pelo critério anterior. Terceiro, o percentual dos gastos em defesa sobre o PIB foi estimado com leve declínio a partir de 2015, consistente com o crescimento acelerado do PIB emiradense na década e com a faixa histórica de 4–6% observada no período com dados confirmados. O valor total de aproximadamente US\$ 370 bilhões deve ser interpretado como estimativa de ordem de grandeza, adequada para comparações estruturais de longo prazo, mas não para inferências que dependam de precisão anual. As classificações e comparações realizadas no artigo que mobilizam esse dado são robustas à margem de incerteza identificada, na medida em que o argumento central não depende do valor exato, mas do padrão estrutural de alto gasto combinado a baixa autonomia — padrão que se sustenta mesmo nos cenários mais conservadores da estimativa.

^{iv} Os dados de gastos militares do Irã podem estar subestimados em razão da opacidade fiscal do regime e do impacto das sanções internacionais sobre o fluxo de divisas, que distorce a conversão em dólares correntes.

A Tabela 1 sintetiza os fluxos de comércio internacional de armamentos e os indicadores de esforço em defesa para o período 2010–2024, com gastos expressos em dólares constantes de 2023. Dois padrões estruturais emergem da leitura agregada. Primeiro, uma forte assimetria entre exportadores líquidos — Israel e Turquia — e grandes importadores — Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos. Segundo, o esforço econômico relativo não acompanha os gastos absolutos, com a Turquia combinando os menores percentuais do PIB do grupo com a segunda maior capacidade exportadora regional.

No caso de Israel, os dados da Tabela 1 revelam uma configuração singular: com gastos acumulados de US\$ 332,8 bilhões em valores constantes de 2023 e média de 5,5% do PIB ao longo do período — o segundo maior esforço econômico relativo do grupo —, o país situa-se em patamar intermediário de gasto absoluto frente aos países do Oriente Médio. Contudo, é o único exportador líquido consolidado, com US\$ 11,5 bilhões em exportações de armamentos contra US\$ 6,5 bilhões em importações, respondendo por 60% de toda a participação regional nas exportações. Essa combinação — gasto moderado, elevado esforço econômico relativo e superávit comercial em defesa — revela uma estratégia de alocação altamente eficiente, orientada para capacidades críticas, qualidade tecnológica e prontidão operacional. Assim, o gasto em defesa israelense, embora não excepcional em termos absolutos, é plenamente funcional à reprodução de sua primazia militar regional, sustentando diretamente sua capacidade de dissuasão e projeção estratégica.

A Turquia apresenta perfil distinto. Com gastos acumulados de US\$ 207,6 bilhões e a menor média percentual do PIB do grupo (2,0%), o país mobiliza recursos modestos em termos relativos. Ao mesmo tempo, figura como segundo maior exportador regional, com US\$ 4,1 bilhões em exportações e participação de 22% no total regional — valor que, como demonstram os dados do Anexo B, reflete uma trajetória de crescimento exportador, especialmente no quinquênio 2020–2024. Suas importações (US\$ 9,1 bilhões) ainda superam as exportações no agregado do

período, mas a tendência estrutural é de convergência. Essa configuração evidencia que a dotação orçamentária turca — embora contida em termos de PIB — opera como plataforma de sustentação para uma estratégia ativa de modernização industrial e projeção regional que supera as restrições impostas pelo volume absoluto de recursos disponíveis.

A Arábia Saudita constitui o caso mais emblemático da dissociação entre gastos em defesa e poder militar efetivo. Os dados da Tabela 1 são inequívocos. Com US\$ 1,155 trilhões acumulados em valores constantes — mais do que o triplo do segundo colocado e equivalente a 53% do total regional estimado —, e com média de 8,6% do PIB ao longo do período. O país ocupa o polo máximo da distribuição em ambas as dimensões de esforço material. Ao mesmo tempo, registra as maiores importações de armamentos do grupo (US\$ 33,5 bilhões) e exportações praticamente nulas (apenas US\$ 74 milhões no período inteiro, correspondendo a 0,4% da participação regional). Essa combinação — máximo gasto, máximo esforço econômico relativo e dependência importadora quase absoluta — revela que o volume excepcional de recursos não se converte em autonomia estratégica proporcional. A ausência de base exportadora e o controle limitado sobre os sistemas adquiridos restringem estruturalmente a capacidade saudita de transformar dispêndio em poder político-militar autônomo.

Os Emirados Árabes Unidos compartilham a lógica saudita, ainda que em escala distinta. Com gastos acumulados estimados em cerca de US\$ 370 bilhões — valor construído a partir de extrapolação metodológica dos dados SIPRI disponíveis para 2010–2014, dado que o país não reporta desde 2014 — e média estimada de aproximadamente 4,8% do PIB, os Emirados posicionam-se como o terceiro maior esforço material do grupo. Suas importações de armamentos (US\$ 14,5 bilhões) são as segundas maiores da região, enquanto as exportações (US\$ 1,4 bilhão, 7,1% da participação regional) são modestas e, conforme evidenciado nos dados do Anexo B, concentradas em reexportação de material com baixo valor tecnológico agregado doméstico. Apesar de iniciativas recentes de modernização e racionalização industrial,

o perfil emiradense revela dependência externa persistente: o gasto em defesa contínuo a fornecedores externos e pelo controle limitado sobre os meios de força adquiridos.

O Irã representa o caso estruturalmente inverso aos países do Oriente Médio. Os dados da Tabela 1 evidenciam sua posição material periférica no grupo: com apenas US\$ 95,6 bilhões acumulados em valores constantes de 2023 — menos de um décimo do esforço saudita — e média de 2,4% do PIB, o país ocupa a base da distribuição em ambas as métricas de gastos. Suas importações são as menores do conjunto (US\$ 741 milhões), reflexo direto das sanções internacionais que restringem o acesso a fornecedores externos. Enquanto isso, as exportações (US\$ 883 milhões, 4,6% da participação regional) superam ligeiramente as importações no agregado do período. Esse fenômeno, como detalhado na subseção seguinte, decorre da expansão das transferências de drones e mísseis para parceiros estratégicos, especialmente a partir de 2022. A escassez material não impede, portanto, que o Irã mantenha posição relevante no equilíbrio regional: a dotação orçamentária disponível é direcionada seletivamente para capacidades assimétricas consideradas estratégicas, sustentando níveis significativos de dissuasão e influência indireta, apesar da inferioridade em recursos em defesa.

Dessa forma, a análise da variável independente gastos em defesa confirma sua importância como base do poder militar, mas demonstra que sua relação com a variável dependente — posição relativa no equilíbrio de poder regional — é mediada por fatores estruturais adicionais, explorados nas subseções seguintes. O exame isolado dos níveis de gasto militar, portanto, é insuficiente para explicar as hierarquias regionais no Oriente Médio.

Autonomia industrial-militar e dependência externa

A autonomia industrial-militar constitui a segunda variável independente do modelo analítico e refere-se à capacidade dos Estados de produzir, adaptar, manter e inovar sistemas de defesa críticos com baixa dependência de fornecedores externos.

Diferentemente dos gastos em defesa, que expressam o volume de recursos mobilizados, a autonomia industrial-militar condiciona a qualidade, a sustentabilidade e a liberdade estratégica do poder militar ao longo do tempo. Sua relação com a posição relativa no equilíbrio de poder regional manifesta-se sobretudo na capacidade de sustentar dissuasão, projetar poder e resistir a pressões políticas externas.

Os dados de transferências internacionais de armamentos sistematizados na Tabela 2, elaborada a partir dos dados detalhados do Anexo A, revelam assimetrias estruturais pronunciadas entre os cinco casos analisados. O índice de dependência — razão entre importações e exportações de armamentos no período 2010–2024 — sintetiza essas assimetrias de forma precisa. Os valores variam de 0,57 (Israel) a 452,9 (Arábia Saudita), evidenciando hierarquias produtivas que não guardam correspondência direta com os níveis de gasto em defesa apresentados na Tabela 1. A dissociação entre volume de dispêndio e autonomia estratégica, que constitui o argumento deste artigo, encontra nessa variação sua expressão empírica mais direta.

Tabela 2 – Indicadores de autonomia industrial-militar e dependência externa (2010–2024)

País	Índice de dependência (imp./exp.)	Principal fornecedor (% das importações)	Concentração exportadora	Classificação de autonomia
Israel	0,57	EUA (67%); Alemanha (29%)	Mísseis (34%), sensores (25%), sistemas antiaéreos (16%)	Muito alta
Turquia	2,20*	EUA (43%); Itália (14%); Espanha (16%)	Blindados (45%), navios (25%), aeronaves (22%)	Alta (ascendente)
Irã	0,84*	Rússia (78%); China (20%)	Mísseis (86%), drones	Média (segmentada)
EAU	10,76	EUA (56%); França (13%); Rússia (6,2%)	Blindados (69%), aeronaves (24%)	Baixa
Arábia Saudita	452,9	EUA (65%); RU (14%); França (7%)	Residual	Muito baixa

Fonte: *SIPRI Military Expenditure Database (2010–2024)*^v

^v Nota metodológica. O índice de dependência corresponde à razão entre o volume total de importações e o volume total de exportações de armamentos convencionais maiores, mensurados em valores em milhões de dólares para o período 2010–2024, apresentados na Tabela 1 e Anexo B. Valores abaixo de 1,0 indicam que o Estado é exportador líquido, constituindo indicador de autonomia industrial-militar elevada. Valores acima de 1,0 indicam dependência líquida de fornecedores externos, com graus crescentes de vulnerabilidade estratégica à medida que o índice se afasta da unidade. A seta (↓) junto ao índice turco indica tendência de queda acentuada. O índice iraniano reflete a média do período; em 2022–2024, com exportações de drones e mísseis para a Rússia superando as importações, o Irã tornou-se exportador líquido de fato, com índice de 0,12.

No caso de Israel, o índice de dependência de 0,57 confirma sua condição de exportador líquido e situa o país como o de maior autonomia industrial-militar da região. Seu portfólio exportador é altamente diversificado — mísseis (34%), sensores (25%), sistemas antiaéreos (16%) e aeronaves (9%) —, distribuído por mais de quarenta países, com destaque para Índia (36%), EUA (7,5%) e Azerbaijão (7,7%). As importações concentram-se em plataformas de alto custo unitário provenientes dos EUA (67%) e da Alemanha (29%), padrão consistente com complementação tecnológica em segmentos específicos, e não com dependência estrutural. Essa configuração permite a Israel converter capacidade material moderada em superioridade qualitativa sustentável, sustentando sua posição hegemônica no equilíbrio regional independentemente de flutuações nos níveis de gasto.

A Turquia apresenta índice de dependência de 2,20 para o período completo. Mas essa média encobre uma transformação estrutural expressiva. A razão importação/exportação recuou de 8,34 no quinquênio 2010–2014 — quando o país importou US\$ 4,9 bilhões e exportou apenas US\$ 599 milhões — para 0,69 em 2020–2024. Nesse período, as exportações (US\$ 2,36 bilhões) superaram pela primeira vez as importações (US\$ 1,63 bilhão), consolidando a transição para a condição de exportador líquido. Essa trajetória é analiticamente mais relevante do que o valor médio, pois evidencia um processo acelerado de substituição de importações e consolidação de capacidade exportadora. O portfólio exportador turco é diversificado em blindados (45%), navios (25%) e aeronaves (22%), com mercados distribuídos por cerca de quinze países, incluindo Turcomenistão (14%), Emirados Árabes Unidos (12%) e Paquistão (11%). Embora ainda mantenha dependência dos EUA em 43% das importações, a tendência estrutural indica uma potência industrial ascendente que converte recursos moderados em projeção de poder crescente.

O Irã apresenta índice médio de 0,84 para o período, com qualificação importante. Em 2022–2024, tornou-se efetivamente exportador líquido, com índice de 0,12. Isso ocorreu à medida que suas exportações de drones e mísseis para a Rússia superaram

suas importações — extremamente limitadas em razão das sanções internacionais. Essa dinâmica revela uma autonomia industrial segmentada: concentrada em mísseis (86% das exportações) e drones, desenvolvidos sob restrições severas e orientados para instrumentos assimétricos de baixo custo. A dependência de apenas cinco destinos exportadores e a concentração de 78% das importações na Rússia distinguem o perfil iraniano dos de Israel e Turquia, cuja autonomia é mais ampla e diversificada. Ainda assim, essa autonomia seletiva sustenta capacidade de dissuasão e influência regional relevante, impedindo a marginalização do Irã no equilíbrio de poder, apesar de sua inferioridade material convencional.

Em contraste marcante, os Emirados Árabes Unidos exibem índice de dependência de 10,76. Com 56% das importações provenientes dos EUA e 13% da França, e com exportações concentradas em blindados (69%) e aeronaves (24%) voltadas majoritariamente para Egito, Jordânia e Líbia, o perfil emiradense sugere reexportação ou transferência de material com baixo valor tecnológico agregado doméstico. O elevado volume de gasto não gerou base industrial autônoma, mantendo dependência externa severa que restringe a liberdade estratégica do país.

A Arábia Saudita apresenta o caso mais extremo: índice de dependência de 452,9, resultado de importações maciças combinadas à ausência total de exportações registradas no período. Seus três principais fornecedores — EUA (65%), Reino Unido (14%) e França (7%) — controlam o acesso a sistemas críticos, desde aeronaves de combate até capacidades de manutenção e atualização. Essa estrutura expõe o país a riscos permanentes de embargo, restrições operacionais e dependência política em relação aos fornecedores, limitando severamente a conversão de seus recursos excepcionais em poder militar autônomo.

Comparativamente, os dados confirmam que a autonomia industrial-militar opera como mediador decisivo entre recursos materiais e poder efetivo no equilíbrio regional. A variação do índice de dependência — de 0,57 a 452,9 — não tem qualquer correspondência com a variação dos gastos em defesa, que posiciona a Arábia

Saudita e os Emirados no topo e o Irã na base. São precisamente os Estados com maior gasto que apresentam os índices de dependência mais elevados, enquanto Israel — com gastos intermediários — opera como exportador líquido consolidado. Essa inversão entre volume de gasto e autonomia estrutural confirma o argumento central do artigo: hierarquias regionais de poder militar são reproduzidas menos por flutuações conjunturais de dispêndio e mais por estruturas produtivas e tecnológicas de longo prazo.

Gastos em defesa, autonomia industrial-militar e hierarquias regionais

A síntese comparativa que se segue mobiliza os dados das subseções anteriores para identificar padrões estruturais de conversão de recursos em poder militar. Antes de proceder, cabe retomar a advertência metodológica formulada na Seção 3: a relação entre autonomia industrial-militar e posição hierárquica é parcialmente endógena, e os padrões identificados devem ser lidos como associações estruturais de longo prazo, e não como cadeias causais lineares. Em particular, os casos de Israel e Turquia — nos quais autonomia e posição hierárquica se reforçam mutuamente — ilustram trajetórias em que antecedentes políticos e sistêmicos desempenharam papel relevante na construção da base industrial, sem que isso reduza a capacidade explicativa do modelo para o período 2010–2024.

A composição das duas variáveis independentes — gastos em defesa e autonomia industrial-militar — permite uma análise sistemática de como se estruturou a hierarquia regional de poder militar no Oriente Médio entre 2010 e 2024. As subseções anteriores demonstraram, separadamente, que (i) os maiores gastadores absolutos do grupo — Arábia Saudita (US\$ 1.155,5 bilhões acumulados, 8,6% do PIB) e Emirados Árabes Unidos (~US\$ 370 bilhões, ~4,8% do PIB) — são também os maiores importadores de armamentos. E (ii) os Estados com maior autonomia industrial-militar — Israel (índice de dependência de 0,57) e Turquia (2,20, em trajetória descendente) — operam com gastos acumulados mais modestos (US\$ 332,8 bilhões e US\$ 207,6 bilhões,

respectivamente). Essa inversão entre volume de gasto e autonomia estrutural é um resultado empírico relevante do artigo. A Tabela 3 abaixo sintetiza o perfil comparativo dos cinco casos analisados, condensando quinze anos de dados (2010–2024) nas categorias analíticas do modelo apresentado na Seção 3.

Tabela 3 – Perfil comparativo do poder militar no Oriente Médio (2010–2024)

País	Gastos militares (nível relativo)	Importações de armamentos	Exportações de defesa	Autonomia industrial-militar	Estratégia predominante
Israel	Médio-alto	Baixas	Muito altas	Muito alta	Primazia militar
Turquia	Médio	Baixas	Altas (crescentes)	Alta	Projeção regional
Arábia Saudita	Muito alto	Muito altas	Residuais	Muito baixa	Dependência externa
Emirados Árabes Unidos	Muito alto	Muito altas	Baixas	Baixa-média	Dependência externa seletiva
Irã	Baixo	Muito baixas	Baixas (crescentes)	Média (segmentada)	Assimétrica-indireta

Fonte: Adaptado de SIPRI (2010–2024)

A Tabela 3 sintetiza o perfil comparativo dos cinco casos. Israel e Turquia confirmam que autonomia industrial-militar elevada ou ascendente permite converter recursos moderados em posições superiores ou crescentes na hierarquia regional. O primeiro como exportador líquido consolidado com primazia qualitativa sustentada. O segundo como caso paradigmático de transição estrutural, no qual o menor esforço econômico relativo do grupo coexiste com a segunda maior capacidade exportadora regional. O caso turco constitui o contraexemplo mais direto à hipótese de que volume de gasto determina posição hierárquica.

A Tabela 4 organiza esses padrões em uma tipologia de conversão de gastos militares em poder regional, definidos por combinações observáveis das variáveis independentes e não por categorias estanques.

Tabela 4 – Modelos de conversão de gastos militares em poder regional

Tipo	Modelo	Condições de classificação	Casos representativos	Resultado observável
I	Primazia militar	Autonomia alta nos três componentes (projeto, produção e P&D); índice de dependência abaixo de 1,0 de forma consolidada; gastos moderados a elevados em termos relativos ao PIB	Israel	Superioridade militar qualitativa sustentada e capacidade de intervenção recorrente autônoma
II	Potência industrial ascendente	Autonomia média a alta em trajetória ascendente documentável; índice de dependência acima de 1,0 no agregado do período com tendência de queda e convergência para exportador líquido em subperíodo recente; gastos moderados em termos relativos ao PIB	Turquia	Projeção regional crescente sustentada por expansão exportadora
III	Potências dependentes	Autonomia baixa a média sem trajetória ascendente documentável; índice de dependência acima de 5,0 de forma persistente; gastos muito elevados em termos absolutos e relativos ao PIB	Arábia Saudita; Emirados Árabes Unidos	Poder militar relevante com vulnerabilidade estratégica estrutural
IV	Potência revisionista assimétrica	Autonomia média segmentada — alta em capacidades assimétricas específicas, baixa em plataformas convencionais; índice de dependência próximo de 1,0 ou abaixo por restrição externa, não por diversificação produtiva ampla; gastos baixos em termos absolutos e relativos ao PIB	Irã	Influência regional relevante sem superioridade militar convencional, sustentada por instrumentos indiretos

Fonte: Autores (2026)

Os critérios de classificação apresentados na Tabela 4 permitem identificar não apenas tipos consolidados, mas também casos híbridos e trajetórias transicionais, cuja existência é analiticamente informativa — e não um problema para a tipologia. O caso turco ilustra uma transição em curso do Tipo II em direção ao Tipo I: no subperíodo 2020–2024, as exportações superaram as importações pela primeira vez, e o índice de dependência recuou de 8,34 para 0,69, aproximando-se do limiar de exportador líquido consolidado que define o Tipo I. O critério de trajetória ascendente documentável é precisamente o que distingue esse caso de uma classificação estática, permitindo capturar dinamismo estrutural sem abandonar o rigor classificatório. O caso iraniano, por sua vez, apresenta índice de dependência de 0,84 — valor que, isoladamente, poderia sugerir classificação no Tipo I, mas que ignoraria sua condição de sanções severas. A condição que o mantém no Tipo IV é a natureza segmentada e restrita de sua autonomia: concentrada em mísseis e drones desenvolvidos, sem diversificação produtiva ampla e sem capacidade de projeto e integração em plataformas convencionais. Essa distinção entre autonomia ampla e diversificada — condição do Tipo I — e autonomia segmentada por restrição — condição do Tipo IV — é um dos critérios discriminatórios centrais da tipologia, e sua aplicação aos casos demonstra que os limiares propostos são suficientemente precisos para evitar classificações espúrias.

Em termos analíticos, a síntese comparativa confirma o argumento do artigo: o equilíbrio de poder no Oriente Médio é mediado por estruturas econômicas e industriais que condicionam a capacidade dos Estados de converter gastos militares em poder político-militar efetivo no longo prazo. Estados que articulam gastos em defesa com relativa autonomia produtiva e estratégias coerentes de conversão de poder tendem a ocupar posições superiores e mais resilientes na hierarquia regional, enquanto aqueles que dependem exclusivamente de elevados níveis de gasto permanecem estruturalmente vulneráveis.

CONCLUSÃO

Este artigo analisou como diferentes Estados do Oriente Médio convertem recursos econômicos em poder político-militar e por que essa conversão produz resultados tão desiguais no plano regional. A partir de uma tipologia de quatro modelos — primazia militar, potência industrial ascendente, potências dependentes e potência revisionista assimétrica — construída sobre a combinação sistemática entre gastos em defesa e autonomia industrial-militar, o estudo demonstrou que a posição relativa dos Estados na hierarquia regional é resultado de estruturas produtivas e tecnológicas de longo prazo, e não de flutuações conjunturais de dispêndio.

Os resultados empíricos confirmam, em primeiro lugar, os limites explicativos dos gastos em defesa isoladamente. A Arábia Saudita e os Emirados Árabes Unidos mobilizam volumes excepcionais de recursos, mas permanecem estruturalmente dependentes de fornecedores externos e limitados em sua capacidade de empregar autonomamente os meios de força adquiridos. O volume de gasto, dissociado de autonomia produtiva, não se converte em liberdade estratégica — apenas em capacidade aquisitiva condicionada por decisões externas sobre acesso, manutenção e atualização dos sistemas críticos.

Israel e Turquia ilustram o padrão oposto: recursos moderados em termos absolutos ou relativos ao PIB sustentam posições superiores ou ascendentes na hierarquia regional quando articulados a bases industriais com capacidade de projeto, produção e P&D. O caso turco é o mais direto contraexemplo à equiparação entre gasto e poder: o menor gastador relativo do grupo opera como a potência industrial de maior dinamismo no período, com exportações superando importações pela primeira vez no quinquênio 2020–2024. O caso israelense confirma que primazia regional pode ser sustentada com gastos intermediários, desde que ancorada em autonomia produtiva ampla e diversificada.

O Irã demonstra que a tipologia captura também trajetórias de compensação assimétrica: restrições materiais severas, intensificadas por sanções sistemáticas,

foram contornadas por concentração seletiva de capacidades em mísseis e drones e por instrumentos indiretos de projeção regional. Sua autonomia é segmentada, mas suficiente para sustentar influência regional relevante sem superioridade convencional, confirmando que a conversão de poder depende da coerência entre limitações estruturais e escolhas estratégicas, e não apenas do volume de recursos disponíveis.

A tipologia proposta demonstrou capacidade discriminatória satisfatória: os cinco casos distribuem-se em quadrantes distintos do espaço analítico definido pelas duas variáveis independentes, sem classificações espúrias ou sobreposições não explicadas. A variação simultânea dos gastos acumulados e dos índices de dependência constitui a expressão empírica mais direta do argumento central: hierarquias regionais de poder militar são, em última instância, hierarquias de capacidade produtiva e tecnológica. Por fim, ela é transferível a outros contextos regionais marcados por dependência tecnológica e inserção assimétrica nas cadeias globais de defesa, configurando uma agenda de pesquisa relevante para potências médias — em particular aquelas que, como o Brasil, combinam recursos significativos em termos absolutos com autonomia industrial-militar incompleta e orientação exportadora ainda incipiente.

REFERÊNCIAS

ARREGUÍN-TOFT, Ivan. **How the Weak Win Wars: A Theory of Asymmetric Conflict**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

BECKLEY, Michael. Economic Development and Military Effectiveness. **The Journal of Strategic Studies**, v. 33, n. 1, p. 43–79, 2010.

BLOCK, Fred; KELLER, Matthew R. **State of Innovation: The U.S. Government's Role in Technology Development**. Boulder, CO: Paradigm Publishers, 2011.

BRZOSKA, Michael; LOCK, Peter (Eds.). **Restructuring of Arms Production in Western Europe**. Oxford: Oxford University Press, 1992.

BRZOSKA, Michael; OHLSON, Thomas. **Arms Transfers to the Third World, 1971–85**. Oxford: Oxford University Press for SIPRI, 1987.

BUZAN, Barry; WÆVER, Ole. **Regions and Powers: The Structure of International Security**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

CAVERLEY, Jonathan D.; KAPSTEIN, Ethan B. Arms, Allies, and the Global Division of Labor. In: MACDONALD, Paul K.; PARENT, Joseph M. (Eds.). **The Wisdom of Retrenchment: America's Noninterventionist Tradition and the Rise of the New International Order**. Ithaca: Cornell University Press, 2013. p. 217-242.

DUNNE, J. Paul; SKÖNS, Elisabeth. The Military Industrial Complex. In: COYNE, Christopher J.; MATHERS, Rachel L. (Eds.). **The Handbook on the Political Economy of War**. Cheltenham: Edward Elgar Publishing, 2011. p. 281-304.

GANSLER, Jacques S. **Defense Conversion: Transforming the Arsenal of Democracy**. Cambridge, MA: MIT Press, 1995.

GANSLER, Jacques S. **The Defense Industry**. Cambridge, MA: MIT Press, 1980.

GILLI, Andrea; GILLI, Mauro. Why China Has Not Caught Up Yet: Military-Technological Superiority and the Limits of Imitation, Reverse Engineering, and Cyber Espionage. **International Security**, v. 43, n. 3, p. 141-189, 2019.

GLOBALDATA. **The UAE Defense Market: Size and Trends, Budget Allocation, Regulations, Key Acquisitions, Competitive Landscape and Forecast, 2025–2030**. London: GlobalData, 2025. Disponível em: <https://www.globaldata.com/store/report/uae-defense-market-analysis/>. Acesso em: 29 abr. 2026.

GROH, Tyrone L. **Proxy War: The Least Bad Option**. Stanford: Stanford University Press, 2019. 264 p. ISBN 978-1-5036-0818-4.

JACKSON, Van. Power, trust, and network complexity: three logics of hedging in Asian security. **International Relations of the Asia-Pacific**, v. 14, n. 3, p. 331–356, 2014.

KALDOR, Mary. **The Baroque Arsenal**. New York: Hill and Wang, 1981.

KAMRAVA, Mehran. Multipolarity and Instability in the Middle East. **Orbis**, v. 62, n. 4, p. 598–616, 2018.

KATZ, Mark N. **Russia in the Middle East: Policy Objectives and Strategies**. Middle East Policy Council, 2021. Disponível em: <https://mepc.org/journal/russia-middle-east-policy-objectives-and-strategies>. Acesso em: 29 abr. 2026.

KRAUSE, Keith. **Arms and the State: Patterns of Military Production and Trade**. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

MARKUSEN, Ann; HALL, Peter; CAMPBELL, Scott; DEITRICK, Sabina. **The Rise of the Gunbelt: The Military Remapping of Industrial America**. New York: Oxford University Press, 1991.

MARKUSEN, Ann; YUDKEN, Joel. **Dismantling the Cold War Economy**. New York: Basic Books, 1992.

MAZIAD, Marwa. **Middle East Militaries: In and Out of Politics and Economies Due to External Threat Perceptions: A Dynamic Regional Order Approach to Civil-Military Relations: Comparative Cases of Turkey, Egypt, Israel**. 2026. Tese (Doutorado) – University of Washington, Seattle, 2026.

MEARSHEIMER, John J. **Conventional Deterrence**. Ithaca: Cornell University Press, 1985. 296 p. (Cornell Studies in Security Affairs). ISBN 978-0-8014-9346-1.

MEARSHEIMER, John J. **The Tragedy of Great Power Politics**. New York: W.W. Norton & Company, 2001.

MELMAN, Seymour. **Pentagon Capitalism: The Political Economy of War**. New York: McGraw-Hill, 1970.

MELMAN, Seymour. **Profits Without Production**. New York: Alfred A. Knopf, 1983.

MELMAN, Seymour. **The Permanent War Economy: American Capitalism in Decline**. New York: Simon and Schuster, 1974.

MILLS, C. Wright. **The Power Elite**. New York: Oxford University Press, 1956.

MUMFORD, Andrew. **Proxy Warfare**. Cambridge: Polity Press, 2013.

MYLONAS, Harris. Balance of Power, System Polarity and Irredentism. **Journal of Global Security Studies**, v. 10, n. 1, p. ogae037, 2025.

PHILLIPS, Andrew; SHARMAN, J. C. Anarchy and Empire: World-Conquerors and International Systems. **International Studies Quarterly**, v. 68, n. 4, p. sqae12, 2024.

PHILLIPS, Christopher. The international system and the Syrian civil war. **International Relations**, 2022.

PIERRE, Andrew J. **The Global Politics of Arms Sales**. Princeton: Princeton University Press, 1982.

POLLACK, Kenneth M. **Armies of Sand: The Past, Present, and Future of Arab Military Effectiveness**. New York: Oxford University Press, 2019.

RUTTAN, Vernon W. **Is War Necessary for Economic Growth? Military Procurement and Technology Development**. New York: Oxford University Press, 2006.

STOCKHOLM INTERNATIONAL PEACE RESEARCH INSTITUTE (SIPRI). **SIPRI Arms Transfers Database**. Disponível em: <https://www.sipri.org/databases/armstransfers>. Acesso em: 29 abr. 2026.

STOCKHOLM INTERNATIONAL PEACE RESEARCH INSTITUTE (SIPRI). **SIPRI Military Expenditure Database**. Disponível em: <https://www.sipri.org/databases/milex>. Acesso em: 29 abr. 2026.

STRANGE, Susan. **States and Markets**. 2nd ed. London: Pinter Publishers, 1988.

THORNE, Nicholas. **Weapons for Peace or War? The Role of Military Independence in Militarized Interstate Disputes**. 2016. Tese (Doutorado) – University of Arizona, Tucson, 2016.

VLADOS, Charis; CHATZINIKOLAOU, Dimos; IQBAL, Badar Alam. New Globalization and Multipolarity: A Critical Review and the Regional Comprehensive Economic Partnership Case. **Journal of Economic Integration**, v. 37, n. 3, p. 458-483, 2022.

WALTZ, Kenneth N. **Theory of International Politics**. Reading, MA: Addison-Wesley, 1979.

WEISS, Linda. **America Inc.? Innovation and Enterprise in the National Security State**. Ithaca: Cornell University Press, 2014.

WEZEMAN, Siemon T.; WEZEMAN, Pieter D. International arms transfers. *In*: SIPRI. **SIPRI Yearbook 2023: Armaments, Disarmament and International Security**. Oxford: Oxford University Press, 2023.

WOHLFORTH, William C. How Not to Evaluate Theories. **International Studies Quarterly**, v. 56, n. 1, p. 219-222, 2012.

Autoria

1 Erico Duarte

Doutor em Engenharia de Produção (Estudos Estratégicos) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Professor

<https://orcid.org/0000-0001-8261-6367> • erico.duarte@ufrgs.br

2 Aramis Dawas

Graduando em Relações Internacionais

<https://orcid.org/0009-0006-7676-9555> • aramisdawasvieira@gmail.com

Como citar este artigo

DUARTE, E.; DAWAS, A. Entre gastos e autonomia: indústria de defesa e hierarquias regionais no Oriente Médio, 2010-2024. **InterAção**, Santa Maria, v. 17, n. 2, e96239, p. 1-30, jun. 2026. DOI 10.5902/1980509896239. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.5902/2357797596239>. Acesso em: dia mês abreviado. ano.